

ASPECTOS DA SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA DO IMPERFEITO DO INDICATIVO

0. O Imperfeito (IMPF) românico tem sido objecto de numerosos estudos descritivos, realizados sob perspectivas de análise gramatical, textual, estilística, literária, retórico-argumentativa, onde particular relevo é usualmente dado à oposição que mantém relativamente a outro tempo do pretérito, o pretérito simples (PS). Uma explicação adequada dos seus valores temporais e aspectuais constitui quase um teste à consistência e alcance das mais recentes teorias temporalistas, pelo que a bibliografia recente sobre este tempo é particularmente rica, incluindo algumas obras que lhe são integralmente dedicadas ¹.

O estudo do IMPF não pode, no entanto, resumir-se aos seus usos temporais. Que o IMPF românico pode assumir uma grande variedade de valores de significação tem sido observado por muitos gramáticos e linguistas contemporâneos. No caso do português, Cunha e Cintra ², por exemplo, listam uma série de usos que vão desde os valores temporais-aspectuais ³

¹ Ao longo deste trabalho múltiplas referências bibliográficas atestarão esta afirmação. Destacamos VETTERS, C. — *L'opposition passé simple — imparfait: une question d'aspect ou de structuration textuelle?*, tese de doutoramento, Universidade de Anvers, 1992; e MOLENDIJK, A. — *Le passé simple et l'imparfait: une approche reichenbachienne*, Rodopi, Amsterdão, 1990.

² CUNHA, C.; LINDLEY Cintra — *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 4.^a edição, Lisboa, Sá da Costa, 1987.

³ Segundo Cunha e Cintra (*Op. cit.* p. 450), o valor fundamental do IMPF consiste em “designar um facto passado [valor de pretérito], mas não concluído [valor aspectual de *imperfectum*]”. Outros valores aspectuais fundamentais associados ao uso do IMPF são o de “continuidade” e “duração do processo verbal”. Os autores anotam o funcionamento do IMPF como um *presente do pretérito* (“quando, pelo pensamento, nos transportamos a uma época passada e descrevemos o que então era presente”) e como um *futuro do pretérito* (“para

até outros que têm a ver com mecanismos de estruturação textual⁴ ou fenómenos de natureza pragmática⁵.

Não é nosso propósito descrever com o pormenor necessário cada um destes valores, mas apenas reflectir sobre algumas propriedades que geralmente são atribuídas ao IMPF nos seus usos quer temporais quer não (especificamente) temporais. Assim, começaremos por reflectir sobre o que significa atribuir a este tempo, como se tornou habitual, a designação de tempo anafórico, por oposição a outros tempos gramaticais do verbo considerados dísticos, reflexão que nos conduzirá a considerar a questão da referência temporal dos tempos verbais em geral. Partindo de várias propostas, apresentaremos uma definição das funções temporais-aspectuais básicas do IMPF. Numa segunda parte do trabalho referir-nos-emos aos valores modais e pragmáticos do IMPF e terminaremos ensaiando uma proposta de descrição unificada, de base funcional, dos valores temporais e não-temporais deste tempo gramatical.

1.1.1. Os tempos gramaticais do verbo⁶ têm sido classificados de formas diversas. Uma das mais antigas é a que distingue tempos absolutos e tempos relativos, que Binnick⁷ atribui a Escalígero (em *De causis linguae Latinae libri tredecim*, 1540), que já distingue os tempos perspectivados unicamente a partir do presente, isto é, o momento da fala ou da escrita (tempos absolutos), de outros perspectivados a partir de outro tempo qualquer (tempos relativos). Assim, a frase (1) contém um verbo num tempo absoluto (“saiu”) e outro num tempo relativo (“tinham prevenido”):

- (1) O actor saiu pelas traseiras. Tinham-no prevenido da presença dos fotógrafos à porta.

denotar um facto que seria consequência certa e imediata de outro, que não ocorreu, ou não poderia ocorrer”). Outros valores do IMPF consistem na denotação da inclusão de um intervalo de tempo noutra intervalo e o valor frequentativo-habitual.

⁴ Caso em particular do uso do IMPF no discurso indirecto livre.

⁵ Cabe nesta rubrica o que os autores designam de “Imperfeito de cortesia” (cf. *infra* secção 6.2).

⁶ Usaremos neste artigo indiferentemente “tempos gramaticais do verbo”, “tempos do verbo”, “tempos gramaticais” ou ainda, elipticamente, “tempos”, para designar os morfemas que no verbo têm uma significação gramatical temporal.

⁷ BINNICK, R. — *Time and the Verb*, Oxford University Press, N. York/Oxford, 1991, p. 40.

No caso do francês, esta distinção remonta pelo menos à Gramática de Port-Royal⁸ e, para o português, pode ser encontrada na Gramática de Soares Barbosa (embora, como observa F. I. Fonseca⁹, não tão bem fundamentada como as propostas de gramáticos franceses da mesma época).

1.1.2. Esta distinção tradicional que opõe tempos absolutos a tempos relativos foi generalizadamente substituída na linguística moderna pela oposição correspondente de tempos dísticos/tempos anafóricos. Os tempos dísticos são os que estabelecem a referência temporal assumindo como *origo* o momento da enunciação (t_0) e anafóricos os que ancoram a referência num outro tempo que não t_0 . Assim, Lyons¹⁰ define o tempo gramatical (“tense”) como a gramaticalização da relação entre o tempo da situação descrita e o ponto zero do contexto dístico. Os tempos dísticos dividem-se de forma natural em tempos simultâneos, anteriores ou posteriores a t_0 . Outros tempos, como o mais-que-perfeito (MQP), exigem um outro ponto de referência (facto que inicialmente motivou Reichenbach a introduzir um ponto R distinto do tempo da enunciação S) dado pelo contexto a partir do qual estabelecem referência temporal. Estes tempos são considerados anafóricos, não-autónomos do ponto de vista referencial.

1.1.3. O Imperfeito do indicativo é neste contexto considerado um exemplo característico de tempo anafórico, de referência não-autónoma, exigindo um antecedente para a sua interpretação. Faz parte daquele grupo de expressões linguísticas que, segundo Fillmore¹¹, “[...] can be correctly interpreted by knowing what other portion of the same discourse the expression is coreferential with”. Na frase (2), por exemplo, o cálculo do

⁸ Com evidentes influências de Escalígero. Vettters (VETTERS, C. — *Temps et deixis*, in VETTERS, C. (ed.) — *Le temps, de la phrase au texte*. Presses Universitaires de Lille, 1993, p.85) considera que a distinção tempos absolutos / relativos foi estabelecida com clareza por Girard, que, em 1747, distinguiu para a língua francesa dois Presentes, dois Pretéritos, dois Aoristos e dois Futuros. Já no séc. XIX Destutt de Tracy (1803) retomou esta categorização dos tempos distinguindo-os segundo uma outra dimensão, a da existência *positiva* e existência *eventual*.

⁹ FONSECA, F. I. — *Deixis, tempo e narração*. Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1992, p. 191.

¹⁰ LYONS, J. — *Semantics*, Volume 2, Cambridge University Press, 1977, p. 678.

¹¹ FILLMORE, Charles J. — *Santa Cruz Lectures on Deixis*, Berkeley, Univ. California, 1971, p. 40.

tempo do “observar” é feito em função do tempo do “bater à porta”, o que confere ao IMPF um valor de “simultaneidade no passado”:

- (2) Por volta da meia-noite, o suspeito bateu à porta. Do carro, a polícia observava-o.

Esta caracterização do IMPF como um tempo anafórico levanta, contudo, alguns problemas interessantes. O primeiro diz respeito à relativa plurivocidade de que se pode revestir o conceito de anáfora quando aplicado ao domínio da referência dos tempos gramaticais do verbo. Nas secções que se seguem abordaremos esta questão que nos conduzirá a algumas conclusões possíveis sobre o entendimento da função referencial do verbo.

1.2. Embora sedutora pela sua simplicidade e, sobretudo, pelo teoricamente elegante isomorfismo que estabelece com a referência nominal¹², a aplicação do conceito de *deixis* e anáfora ao domínio verbal não é isenta de problemas. Desde logo porque a atribuição de uma ou outra designação aos tempos verbais está longe de ser unívoca¹³, dependendo em larga medida da conceituação que se estabelece de *deixis* e anáfora. É assim que, para alguns, todos os tempos gramaticais são dísticos por natureza; para outros, apenas alguns de entre eles, sendo os restantes geralmente classificados como anafóricos; para outros ainda, todos os tempos são essencialmente anafóricos, ou, pelo menos, podem todos ser usados anaforicamente.

1.2.1. F. I. Fonseca¹⁴, por exemplo, adota a perspectiva Bühleriana da *deixis*, que integra as dimensões indicial (*deixis* ad oculos, que remete para a situação concreta da enunciação), a anafórica (que remete para o

¹² Veja-se, por exemplo, o comentário de Nef (NEF, F. — *Sémantique de la référence temporelle en français moderne*, Berna, Peter Lang, 1986, p. 280): “La référence aux événements dans les SV est exactement parallèle à celle aux individus et aux propriétés dans les SN, le temps jouant un rôle analogue à celui du déterminant, la référence verbale tout comme la référence nominale étant traversée par l’opposition du déictique et de l’anaphorique”.

¹³ Como refere Kleiber (KLEIBER, G. — *Lorsque l’anaphore se lie aux temps grammaticaux*, in VETTERS, C. (ed.) — *Le temps, de la phrase au texte*, Presses Universitaires de Lille, 1993, p. 117), “tel temps classé déictique ici se retrouve anaphorique là ou encore anaphorique et déictique à la fois ailleurs”.

¹⁴ *Op. cit.*, pp. 167s.

texto) e a *deixis* “am Phantasma” (Phantasma no sentido de imagem mental, o que remete a referência para um campo mostrativo imaginário¹⁵). Este tipo de concepção maximalista da *deixis* implica que todos os tempos verbais sejam considerados dísticos, uma vez que a anáfora é considerada uma *deixis* indirecta, mediata ou secundária, o que leva a autora a opor-se “[...] aos autores que classificam a referência anafórica como não-dística”¹⁶.

Já outros, como Houweling¹⁷, consideram possível definir os tempos gramaticais como dísticos e não-dísticos. No caso do italiano, propõe-se classificar os tempos verbais em três categorias: dísticos (“passato remoto”, “passato prossimo”, “presente” e “futuro semplice”), anafóricos puros, que exprimem uma relação de simultaneidade com o seu antecedente (caso do “imperfetto”, “presente” e “futuro semplice”) e tempos anafóricos híbridos, que estabelecem uma relação de anterioridade relativamente ao antecedente (“trapassato remoto”, “trapassato prossimo” e “futuro anteriore”). Um problema que este tipo de classificação levanta reside na impossibilidade de atribuir apenas um valor aos tempos, sendo alguns deles listados nas duas classes.

Finalmente, outros linguistas sugerem, na linha de propostas clássicas como Reichenbach¹⁸, que os tempos gramaticais têm uma natureza essencialmente anafórica. Se assumirmos o ponto de vista de propostas como a de Tasmowski-De Ryck¹⁹ segundo o qual um tempo é anafórico se tem um antecedente linguístico, então temos de concluir, como observa Vettters²⁰, que “[...] même les temps déictiques sont dans une certaine mesure anaphoriques, puisqu’ils expriment une relation temporelle par rapport au moment de la parole, qui est leur antécédent ultime”. Como argumento a favor desta concepção deve considerar-se o facto de análises

¹⁵ É esta última dimensão que vai permitir à autora descrever a referência temporal no modo de enunciação narrativo, uma vez que este se encontra obviamente associado à mostração a partir de um tempo referencial fictivo.

¹⁶ *Ibidem*, p. 185. Também Co Vet (VET, Co — *Temps, aspects et adverbes de temps en français contemporain*, Genève, Droz, 1980) considera os tempos verbais como essencialmente dísticos.

¹⁷ HOWELING, F. — *Deictic and Anaphoric Tense Morphemes*, in LO CASCIO, V.; VET, C. (eds.) — *Temporal Structure in Sentence and Discourse*, Foris, Dordrecht, pp. 161-191.

¹⁸ REICHENBACH, H. — *Elements of Symbolic Logic*, McMillan, Nova Iorque, 1966.

¹⁹ L. TASMOWSKI-DE RYCK — *L'Imparfait avec et sans rupture*, «Langue Française», 67, 1985, pp. 59-77.

²⁰ *Op. cit.*, p. 95.

dos tempos verbais, como, por exemplo, a de Lo Cascio²¹ para o italiano, embora procurando classificar, tal como Howeling, os tempos em dísticos e anafóricos, acabe por concluir como princípio geral que “[...] actually, all deictic tenses can be used anaphorically so that they are contextually deictic, whereas tenses listed as anaphoric can never be used deictically”²². Mesmo o *imperfetto*, geralmente considerado um tempo anafórico por excelência, figura na lista dos tempos dísticos e anafóricos, embora se considere o seu uso dístico restrito a predicacões estativas.

1.2.2. Cremos que a grande questão aqui consiste em saber se os tempos gramaticais considerados dísticos o são inerentemente ou contextualmente. O pretérito simples é considerado um tempo dístico; no entanto, Moens²³, a respeito do “past tense”, observa que este “[...] does not refer to some indefinite time in the past, but to some (contextually or cotextually) pre-established reference time”, o que leva este autor a concluir que os tempos gramaticais do verbo são “anaphoric in nature”²⁴. Por isso considera a frase

(3) ? We had a great time

problemática (sem referência temporal definida), uma vez que não se estabelece um antecedente a que o verbo se possa referir, como na frase seguinte:

(4) We went to a party last Friday. We had a great time.

o que o leva a generalizar o seguinte princípio:

Tenses refer to a previously introduced temporal entity and they create a new temporal entity that can be used for subsequent reference.²⁵

²¹ LO CASCIO, V. — *Temporal Deixis and Anaphor in Sentence and Text*, in LO CASCIO, V.; VET. C. (eds.) — *Temporal Structure in Sentence and Discourse*, Dordrecht, Foris, pp. 191-228.

²² *Ibidem*, p. 202.

²³ MOENS, M. — *Tense, Aspect and Temporal Reference*, Universidade de Edinburgh, 1987, p. 18.

²⁴ *Ibidem*, p. 16.

²⁵ *Ibidem*, p. 15.

Embora aparentemente pretendendo provar o contrário, neste mesmo sentido vai a observação de Rauh sobre o pretérito alemão:

It is not the function of the Preterite to express past reference but rather to express the temporal relation 'before' with respect to an orientation time.²⁶

Observações deste tipo levam-nos a concluir que não é o verbo que estabelece a dicitividade dos enunciados; são estes que, sendo díticos, pela presença de elementos inerentemente díticos (caso dos adverbiais de tempo), atribuem valores díticos ao verbo. Esta hipótese, que generaliza aos tempos gramaticais o valor anafórico, é subsidiada por uma concepção cognitiva da anáfora, em que esta é considerada num plano que ultrapassa a dimensão puramente textual.

1.3. De facto, a problematização da oposição tempos díticos/anafóricos é reforçada quando se adopta uma perspectiva não estritamente textual (correferencial) de anáfora.

De um ponto de vista onomasiológico é possível distinguir, segundo Kleiber²⁷, duas perspectivas a respeito da anáfora temporal que implicam diferenças consideráveis na sua aplicação aos tempos gramaticais. A primeira, clássica, associa *deixis* ao contexto (imediate) da enunciação e considera como expressão anafórica “[...] une expression dont l’interprétation référentielle s’établit par l’intermédiaire d’une autre expression située dans le contexte linguistique, appelée son antécédent”²⁸. Neste sentido o IMPF é um tempo não-autónomo do ponto de vista textual, o que explica a dificuldade de interpretar frases não contextualizadas como

(5) O Rui trabalhava muito

devido à inexistência de um referente temporal (que pode ser dado por um tempo verbal [cf. 6] ou uma expressão adverbial [cf. 7]) que possam funcionar como âncora referencial de “trabalhava”.

(6) O Zé foi sempre um preguiçoso. O Rui trabalhava muito.

(7) No ano passado, o Rui trabalhava muito.

²⁶ RAUH, G. — *Tenses as Deictic Categories. An Analysis of English and German Tenses*, in RAUH, G. (ed.) — *Essays on Deixis*, Tübingen, Gunter Narr Verlag, 1983, p. 254.

²⁸ *Op. cit.*, p. 131.

²⁷ *Op. cit.*, p. 129s.

Mas se adoptarmos uma perspectiva diferente da anáfora, em que prevalecem os aspectos cognitivos da referência, o referente que funciona como antecedente da anáfora não tem necessariamente de ser (co)textual, podendo ser um referente que se presentifica na percepção e memória dos falantes apesar de não referido discursivamente. Imagine-se como exemplo que dois amigos foram visitar um amigo ao hospital e um deles, à saída, enuncia para o outro a frase (5). Embora sem um antecedente linguístico, neste sentido cognitivo ou memorial estamos perante uma anáfora, cujo antecedente é a imagem do doente a que se associa todo o conhecimento que os falantes têm da situação — o que explica o uso perfeitamente aceitável do IMPF nestas circunstâncias ²⁹.

Isto é, a abordagem mais clássica da referência temporal estebelece uma proporção entre *deixis*/anáfora e localização dada pela situação da enunciação/localização dada pelo cotexto (contexto linguístico); a abordagem cognitiva relaciona *deixis*/anáfora com a oposição novo/já dado ou conhecido. Decorre desta segunda concepção, se levada a rigor, que tempos classicamente considerados dísticos, como o Presente, devem ser considerados anafóricos, uma vez que o intervalo da enunciação já se encontra presente no espaço discursivo.

2. No quadro das propostas da teoria das Estruturas de Representação do Discurso (TRD) ³⁰, diversas aproximações têm sido feitas ao imperfeito, designadamente ao “imparfait”. Estas abordagens não dão relevo à aplicação da oposição *deixis*/anáfora aos tempos verbais, procurando antes defini-los em termos de *pontos de referência temporal* que introduzem ou a que se referem no discurso. Passaremos em revista algumas das suas propostas.

2.1. Reichenbach ³¹ reconheceu como fundamental a dimensão anafórica dos tempos verbais. Da sua teoria — com limitações do ponto de vista da aplicação linguística, sobretudo devido à quase total ausência da

²⁹ Por contraste, a *deixis* poderá ser definida como “l’introduction dans la mémoire immédiate [...] d’un référent nouveau, non encore saillant ou manifeste” (KLEIBER — *Op. cit.*, p. 131).

³⁰ Cf. KAMP, H. — *Events, Instants and Temporal Reference*, in EGLI, U. et al. (eds.) — *Semantics from different points of view*, Berlim, 1979, pp. 376-417; KAMP, H.; ROHRER, C. — *Tense in Texts*, in BAURLE, R.; SCHWARZE, C.; STECHOW, A. — *Meaning, Use and Interpretation of Language*, Walter de Gruyten, 1983, pp. 250-269; KAMP, H.; REYLE, U. — *From discourse to logic: Introduction to modeltheoretic semantics of natural language, formal logic and Discourse Representation Theory*, Kluwer, Dordrecht, 1993.

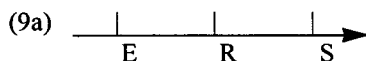
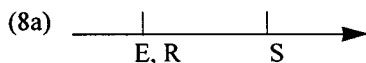
³¹ *Op. cit.*

dimensão aspectual no seu modelo³² — interessa-nos reter um princípio fundamental: a concepção da significação temporal como produto da concorrência de três “pontos”, o ponto da fala ou da enunciação (“speech point”, S), o ponto do evento (“event point”, E) e o ponto da referência (“reference point”, R). Isto é, apesar de, em línguas como o inglês (e o português), a única expressão temporal obrigatória ser a do tempo gramatical do verbo, Reichenbach defende o princípio segundo o qual qualquer denotação linguística de tempo implica a relação destes três pontos. Os tempos verbais assinalam o ponto do evento relativamente ao tempo da fala, mas o ponto da referência torna-se imprescindível quando se pretende situar temporalmente o evento, não só relativamente ao tempo da fala, como relativamente a outro(s) evento(s) — caso do “mais-que-perfeito” atrás citado.

A cada tempo verbal é associado um sub-sistema temporal, que especifica a ordem da sucessão destes pontos. Assim, por exemplo, a (8) e (9) podem associar-se as representações (8a) e (9a):

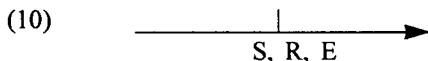
(8) O Rui saiu.

(9) O Rui tinha saído.



Os tempos são simples quando R e E coincidem; passados, presentes ou futuros, de acordo com a posição de R relativamente a S; e anteriores ou posteriores quando R e E não coincidem.

O ponto R é usado por Reichenbach para caracterizar não só os tempos reconhecidamente anafóricos (como os tempos compostos) mas de facto todos os tempos gramaticais, incluindo o Presente Indicativo (PR), a que corresponde uma representação do seguinte tipo.



³² O que impede uma caracterização adequada do IMPF. Para obviar a este problema, Reichenbach fala de um “extended tense”.

2.2. As teses de Reichenbach têm sido retomadas por um grande número de temporalistas. C. Smith³³, por exemplo, explorou, no quadro de uma semântica interpretativa, a proposta original de Reichenbach, procurando alargá-la de modo a dar conta das relações temporais não apenas em frases simples, independentes, mas em frases complexas, designadamente em estruturas de complementação. Uma das suas conclusões, na linha do pensamento original de Reichenbach, é que, se não é necessário especificar sempre E, pelo contrário é obrigatório especificar R: “Sentences that do not have RT [“reference time”] cannot be fully interpreted without additional information”³⁴. As propostas de Smith, no entanto, não ultrapassam a dimensão linguística da frase.

2.3. As propostas de Kamp e outros quanto ao tratamento dos fenómenos linguísticos temporais e aspectuais, no âmbito da TRD, retomam a tese reichenbachiana no seu essencial, partindo igualmente de uma concepção relacional bidimensional da expressão linguística da temporalidade, mas acrescentam-lhe elementos importantes. Não é nosso propósito fazer aqui um resumo das teses defendidas por Kamp³⁵, mas apenas sublinhar que no seu modelo são incorporadas, para além de questões relativas à referência temporal, questões aspectuais e uma visão da referência temporal que ultrapassa o âmbito da frase e encara definidamente as relações temporais no discurso.

2.3.1. Num dos seus textos mais exaustivos e clarificadores³⁶ sobre esta temática, Kamp estabelece alguns conceitos operatórios básicos. Entre eles salientamos a distinção entre evento e estado, estabelecida através da presença e ausência, respectivamente, da marca semântica da mudança. Assim, para os eventos verifica-se que “some condition, which obtains when the event begins, is terminated by the event and gets replaced by another, ‘opposite’ condition”³⁷. Os estados, pelo contrário, implicam a continuação da mesma condição durante um intervalo de tempo I. No entanto, esta oposição estado/evento deve ser perspectivada de uma forma

³³ SMITH, C. — *The Syntax and Interpretation of Temporal Expressions in English*, in «Linguistics and Philosophy», 2, 1978, pp. 43-100.

³⁴ *Ibidem*, p. 46.

³⁵ Não é nosso objectivo definir aqui as linhas gerais das propostas da TRD. Para uma visão detalhada da teoria, cf. referências da nota 29.

³⁶ *Op. cit.*

³⁷ *Op. cit.*, p. 507.

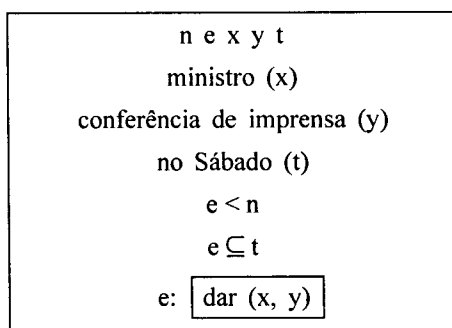
gradualista. Como Kamp repete várias vezes ao longo do seu trabalho, esta diferença não reside nos estados-de-coisas em si, mas nos modos distintos como o falante os perspectiva e representa; isto é, não se localiza no plano ontológico (embora este careça de ser caracterizado) mas no da conceptualização e representação linguística. Como anota F. Howeling³⁸, “[...] one can either narrate a new event or provide information about the structure of the world (this distinction corresponds to the one between events and states)”.

A caracterização de uma situação como evento ou estado implica uma estrutura temporal distinta: os eventos (e) seguem temporalmente o ponto de referência (o tempo de localização t, tal que $t < e$), ao passo que os estados incluem este ponto de referência ($s \supset t$). Esta diferença é assinalada na estrutura sintáctica ao nível S' (com os traços \pm STAT), a par das marcas do “Tense” (Passado, Presente, Futuro). Note-se que o que se descreve aqui é uma relação temporal e não uma referência no sentido habitual.

2.3.2. Vejamos como o modelo descrito se pode aplicar à descrição do IMPF. Às frases (11) e (12) podemos atribuir as TRD (estruturas de representação discursiva) apresentadas em (11a) e (12a), respectivamente:

- (11) O ministro deu uma conferência de imprensa no Sábado.
 (12) O ministro deu uma conferência de imprensa no Sábado.
 O secretário de Estado acompanhava-o.

(11a)

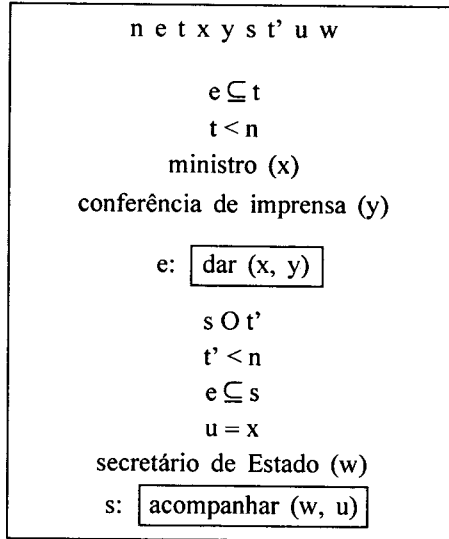


³⁸ HOWELING, F. — *Op. cit.*, p. 167.

Nesta TRD ‘n’ representa o tempo da enunciação, ‘e’ o evento, e ‘t’ o ponto de referência, que neste caso é estabelecido por um adverbial de tempo. A indicação de passado é dada pela relação ‘e < n’, e a localização temporal do evento é feita de forma a que o tempo do adverbial inclua o tempo do evento ($e \subseteq t$).

Como representar a frase que contém o IMPF? Em primeiro lugar, é óbvia a dependência que a sua significação tem da frase anterior, designadamente devido às relações anafóricas pronominais e temporais. A solução adoptada por Kamp consiste em recuperar na segunda frase o tempo já dado através da localização de ‘e’ na primeira frase. A frase é marcada com o valor [+STAT], valor que na TRD é sempre associado ao Imperfeito, uma vez que o IMPF assume um funcionamento idêntico aos estados, como acima foi definido. Temos, assim, a representação total das duas frases:

(12a)



É deste modo possível estabelecer as diferenças entre o IMPF e o Pretérito Simples (PS). Num texto clássico em que analisou a oposição “imperfait”/“passé simple”³⁹, H. Kamp demonstrou que as condições de

³⁹ KAMP, H. — *Events, Instants and Temporal Reference*, «Semantics from different points of view», U. Egli et al. eds., Berlin, 1979, pp. 376-417.

verdade de duas frases são idênticas. Estes tempos distinguem-se porque o primeiro ordena os eventos segundo uma relação de precedência positiva, enquanto o segundo ordena os eventos segundo uma relação de sobreposição (“overlapping”).

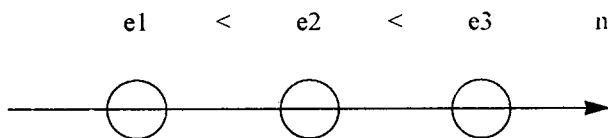
Esta diferença é verificável nos seguintes exemplos do português:

- (13) O assassino apontava a pistola à cabeça de Susan (s1). Susan olhava-o com desprezo (s2). O assassino sorria (s3).

onde “apontar”, “olhar” e “sorrir” são interpretadas como acções contemporâneas. A mudança para o PS coloca imediatamente estes mesmos eventos numa ordenação de precedência:

- (14) O assassino apontou a pistola à cabeça de Susan (e1). Susan olhou-o com desprezo (e2). O assassino sorria (e3).

(14a)



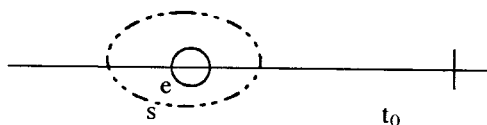
2.3.3. Uma das vantagens mais assinaláveis da abordagem que a TRD faz dos fenómenos temporais reside no facto de considerar a referência temporal ao nível discursivo, ultrapassando assim muitos dos inconvenientes de anteriores propostas apresentadas no quadro de uma semântica de modelos (incluindo a semântica de Montague). De facto, o discurso impõe uma ordenação temporal bem definida sobre os eventos, que uma teoria linguística relevante deve procurar explicar.

A dimensão discursiva torna-se particularmente decisiva quando se aborda a semântica do IMPF em português e na generalidade das línguas românicas, particularmente quando se pretende justificar a escolha de um IMPF em vez de outras formas de pretérito como o PS. Assim, levando em linha de conta esta dimensão discursiva, podemos caracterizar o contraste dos valores do IMPF e do PS em torno de dois valores fundamentais, um centrado no eixo do tempo e outro no do aspecto.

(I) O PS faz mover para a frente a acção da narrativa, ao contrário do IMPF. Esta característica tem a ver com o facto de o PS introduzir uma nova referência temporal no discurso, ao passo que o IMPF, mercê do seu comportamento caracteristicamente anafórico, depende de uma referência temporal já dada, seu antecedente. Contudo, iremos ver que há casos em que esta característica do IMPF é discutível (v. secção seguinte).

(II) O PS representa um evento como pontual⁴⁰, isto é, não divisível em partes menores⁴¹, enquanto o IMPF surge como extenso no tempo, cobrindo um período dentro do qual um evento tem lugar. Mais precisamente, o IMPF é interpretado na TRD como referindo-se a um estado, e não a um evento, que rodeia o último dos eventos introduzidos na estrutura de representação do discurso.

Assim, de acordo com os princípios definidos por exemplo por Kamp e Rohrer⁴², podemos descrever a seguinte regra de construção de uma TRD (estrutura de representação discursiva) para o IMPF: (i) a frase no IMPF introduz no discurso um novo estado *s*; (ii) *s* localiza-se antes do ponto de enunciação; *s* contém o último evento *e*, introduzido por uma frase no PS⁴³. Esquemáticamente:



⁴⁰ *Pontualidade* significa que um evento é representado de forma “atômica e auto-suficiente” e não deve ser confundida com não-duratividade: “la ponctualité n’est pas l’opposé de la durativité” (NEF, F. — *Op. cit.*, p. 176). O IMPF não é auto-suficiente porque apela a um desenvolvimento ou continuação.

⁴¹ Kamp e Uwe (*Op. cit.*, *passim*) observam diversas vezes que não se deve confundir propriedades *ontológicas* dos eventos com propriedades da sua representação linguística. Afirmar que o PS é pontual significa que o evento é concebido ou representado como tal, não que ele o seja necessariamente na realidade, o que nos arrastaria para considerações em torno das propriedades do tempo *físico*. Assim, um mesmo evento pode ser representado como pontual ou durativo: (I) O Rui chegou a casa. Foi directo ao telefone *falou* com a mulher. (II) A Maria ouviu o Rui entrar. Foi à sala. O Rui *falava* com a mulher.

⁴² KAMP, H.; ROHRER, C. — *Tense in Texts*, in BAURLE, R., SCHWARZE, C.; STECHOW, A. — *Meaning, Use and Interpretation of Language*, Walter de Gruyten, 1983, pp. 250-269.

⁴³ De forma análoga, Vet (CO VET — *Univers de discours et univers d’énonciation: les temps du passé et du futur*, «Langue Française», 1985, pp. 44), propõe associar ao IMPF a seguinte instrução: procurar na TRD um antecedente temporal $t: t < RD_0$; introduzir $RD_1: RD_1 O t$.

Surge assim uma nova classificação dos tempos, baseada, não nos conceitos *deixis* e anáfora, mas no seu valor funcional no discurso: os que alteram a posição do ponto de referência e os que mantêm esse ponto. Os tempos do passado podem desta forma ser enquadrados nestas duas classes: na primeira, o PS, na segunda o IMPF, o MQP e o futuro do passado.

3. A TRD reinterpreta, com as vantagens que referimos, os valores de *deixis* e anáfora temporal em termos de funcionamento discursivo dos tempos, distinguindo os que estabelecem uma relação de sucessão (caso do PS) e os que mantêm a referência (caso do IMPF). Há todavia contra-exemplos a esta definição, isto é, casos em que o PS não estabelece sucessão e casos em que o IMPF a estabelece. Avaliaremos estes argumentos que nos conduzirão a uma conclusão sobre o valor a que chamaremos *prototípico* do IMPF.

3.1. Começaremos por observar que a descrição dos valores do PS e do IMPF proposta por Kamp e Rohrer parece restringir-se a um tipo específico de eventos e de contextos, sendo discutível em certos casos, como aliás os próprios autores constataram. Vejam-se os seguintes exemplos:

- (15) O Rui arrumou hoje a casa. Lavou a louça, limpou o escritório e deu uma aspiradela na sala.
- (16) A Maria cantou. O Pedro acompanhou-a ao piano.

Em enunciados como (15) o evento “Rui arrumar a casa” inclui, e não precede, os eventos denotados pelas frases seguintes. Em (16), por outro lado, o segundo PS (“acompanhou”) não é subsequente ao primeiro (“cantou”) mas simultâneo, comportando-se aspectualmente como um IMPF.

F. Oliveira⁴⁴ observa, a propósito de exemplos como (15), “[...] que o próprio P.P. [Pretérito Perfeito, designação equivalente ao nosso PS] pode ser analisado em sub-eventos, o que anula a indivisibilidade deste tempo e a sua concepção pontual.” Em casos como este, a divisibilidade é induzida, a nosso ver, não pelo tempo do verbo mas pela estrutura

⁴⁴ OLIVEIRA, F. — *Funções discursivas de alguns tempos do passado em português*, in «Actas da Associação Portuguesa de Linguística», 1991, p. 181.

semântica do próprio evento. Para obviar a este tipo de problemas seria talvez necessário estabelecer uma caracterização dos eventos de forma a permitir, por exemplo, uma distinção entre eventos simples (atómicos) e complexos (analísáveis em *fases*) e uma forma de os relacionar. Para usar uma terminologia conhecida, diríamos então que a significação da frase (15) activa um “frame” em que “arrumar a casa” é identificado como um evento composto, uma vez que implica um conjunto de subeventos como os mencionados nas frases que se lhe seguem ⁴⁵.

Já em (16) o próprio valor semântico de “acompanhar” implica que este predicado de dois argumentos contenha o sema “simultaneidade temporal de x e y”, que desaparece se usarmos outro verbo:

(17) A Maria cantou. O Pedro tocou piano.

No entanto, exemplos como este permitem constatar que nem sempre a *sucessão* é um valor do PS.

Em conclusão: não nos parece que a tese de Kamp e Rohrer sobre o IMPF e o PS seja especialmente afectada por exemplos em que intervêm eventos complexos. No entanto, mais do que falar em pontualidade do PS deve considerar-se a sua natureza perfectiva, isto é, globalizadora, por oposição à natureza imperfectiva do IMPF, que permite uma visão interna do desenrolar da situação.

3.2. Há outro tipo de usos do IMPF que nos parece colocar objecções mais sérias à tese de Kamp sobre este tempo, designadamente os casos em que o IMPF, seguindo um PS, pode fazer deslocar para a frente o ponto de referência e, assim, fazer progredir a narrativa. Veja-se o exemplo de F. Oliveira ⁴⁶:

(18) Finalmente ele abriu-nos a porta. Podíamos agora descansar.

É evidente que neste caso estamos perante uma ordenação temporal do tipo da que o PS introduz no discurso. Tasmowski-De Ryck ⁴⁷ apre-

⁴⁵ Também F. Nef (*op. cit.*, p. 177) é de parecer que este tipo de contra-exemplo não é convincente: “il s’agit en effet d’une énumération qui ne remet pas véritablement en cause l’atomicité de l’événement de départ”.

⁴⁶ *Op. cit.*, p. 176, embora chame justamente a atenção para o valor que *agora* desempenha neste contexto.

⁴⁷ L. TASMOWSKI-DE RYCK — *L’Imparfait avec et sans rupture*, «Langue Française», 67, 1985, pp. 59-77).

senta vários exemplos para o francês deste valor do IMPF, comumente designado “IMPF de ruptura” e que designaremos aqui “imperfeito narrativo” (IMPn), como:

- (19) Quinze jours plus tard, lady Burbury s'éprenait d'un jeune pasteur...

e caracteriza o comportamento deste IMPF através de um conjunto de critérios que parcialmente se verificam no português. Vejamos os mais importantes.

Uma frase como

- (20) O Rui lia o jornal

é aspectualmente ambígua, podendo ser interpretada como (20a) — interpretação habitual (que por sua vez ainda pode adquirir um valor potencial — “ser capaz de”) — ou (20b) — interpretação não-habitual ou contínua ⁴⁸:

- (20a) O Rui lia o jornal todos os dias.

- (20b) O Rui lia o jornal quando entrei na sala.

Na perspectiva habitual, o loquente apresenta o evento como repetido e exprimindo uma propriedade do indivíduo a que o evento é atribuído; isto é, um evento é transformado em propriedade. Na perspectiva não-habitual ou contínua, o loquente apresenta o evento como não repetido, isto é, único, não estando necessariamente associado como propriedade ao indivíduo a que é atribuído o evento.

Assim, um enunciado como “O Rui corria 3 horas” pode ser interpretado como “ser capaz de” ou “realizar regularmente uma actividade” — e por isso constitui uma frase caracterizadora. De facto, um verbo de actividade no IMPF, acompanhado de um adverbial de duração, é susceptível de uma leitura potencial ou habitual. Esta leitura, no entanto, é bloqueada em certos contextos em que está presente um IMPn:

- (21) No dia do campeonato, o Rui corria 3h. [leitura semelfactiva]

⁴⁸ Seguimos aqui Nef (*Op. cit.*).

O mesmo sucede se o verbo for um télico durativo (“accomplishment”):

(22) O Rui fazia a corrida em 12 minutos.

Este enunciado tem uma interpretação potencial ou habitual por oposição à leitura semelfactiva de

(23) No dia do campeonato, o Rui fazia a corrida em 12 minutos.

Ainda o mesmo sucede com adverbiais de frequência:

(24) (Geralmente) o actor agradecia as palmas três vezes

(25) Um instante depois, o actor agradecia as palmas três vezes (e deixava o palco).

A combinatória do IMPF com o advérbio *ainda* acarreta normalmente que a situação se prolonga para além da expectativa inicial; com o IMPn adquire facilmente uma leitura iterativa.

O comportamento do IMPn nestes contextos constitui um sério argumento contra a definição do IMPF como um tempo caracteristicamente anafórico, isto é, que não faz progredir temporalmente a narrativa. O que aparentemente reforça a perspectiva tradicional⁴⁹ do valor eminentemente aspectual do IMPF, que caracteriza aspectualmente o evento como um intervalo aberto por oposição ao PS que o caracteriza como fechado.

3.3. Não podemos esquecer que a sequência temporal muitas vezes é cruzada pela causalidade. De facto, como refere Nef⁵⁰, “la consécution a tendance à être comprise comme un rapport causal”. Observem-se as frases seguintes:

(26) O Rui foi ao hospital. Sentiu-se mal.

⁴⁹ Cf. estudos clássicos de Imbs (IMBS, P. — *L'emploi des temps verbaux en français moderne*, Paris, Klincksieck, 1960) e Klum (KLUM, A. — *Verbe et adverbe*, Uppsala, Almqvist & Wiksell, 1961).

⁵⁰ Como observa Nef (*Op. cit.*, p. 175).

Esta frase é temporalmente ambígua, podendo receber uma interpretação temporal neutra e outra temporal causal, que nos parece ser a mais natural. Neste caso, (26) pode corresponder à paráfrase (26a) e (26b):

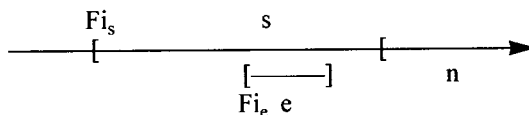
(26a) O Rui foi ao hospital (e1) e aí sentiu-se mal (e2).

(26b) O Rui foi ao hospital (e1) porque se sentiu mal (e2).

A relação $e1 < e2$, predita pela teoria, só se encontra na leitura (26a). A interpretação causal (26b) estabelece a relação temporal $e2 < e1$, isto é, o PS neste contexto funciona como um mais-que-perfeito (MQP). Mas o que nos interessa salientar é que a mesma relação temporal é exigida pelo IMPF:

(27) O Rui foi ao hospital (e). Sentia-se mal (s).

a que só pode corresponder a interpretação causal. Descrever a relação temporal entre e e s como $s \theta$ e não dá conta do que parece essencial à significação temporal-causal destes enunciados: apesar de a relação de inclusão poder ser parcial, a informação temporal mais importante neste caso é que a fronteira inicial do intervalo de s é necessariamente anterior à fronteira inicial do intervalo denotado por e ($Fi_s < Fi_e$), como procuramos representar no esquema seguinte:



Veja-se outro exemplo, desta vez extraído de um texto literário:⁵¹

(28) “Apanhei um táxi e disse Rossio. Queria subir o Chiado, fazer talvez a romagem das livrarias.”

Também neste exemplo é claro que “queria subir o Chiado” é temporalmente anterior a “apanhei um táxi” (ou, pelo menos, à sua fronteira

⁵¹ FERREIRA, Vergílio — *Na tua face*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 102.

inicial). Exemplos como este levam-nos a concluir que se torna necessário introduzir no modelo de descrição do IMPF algumas condições em termos de semântica de intervalos, o que, em muitos casos, designadamente na descrição de valores aspectuais, oferece vantagens relativamente a uma descrição baseada em eventos ⁵². A motivação principal para tal reside, mais uma vez, no valor aspectual do IMPF, já que este focaliza não um intervalo como um todo mas partes desse intervalo, incluindo as suas fronteiras inicial e final.

4. As observações feitas até este momento problematizam, em geral, a aplicação do conceito de referência dicitica e anafórica ao domínio verbal, e, em particular, a definição do IMPF como um tempo caracteristicamente anafórico. A reinterpretação que a TRD propõe do valor anafórico do IMPF em termos de ponto de referência é contraditada por contra-exemplos de entre os quais se salienta pela sua importância o caso do IMPn. Existem, por outro lado, determinados valores modais do IMPF, a que nos iremos referir na secção 5, cuja frequência e importância no discurso importa sublinhar. Será inevitável descrever de forma fragmentada esta variedade de usos do IMPF ou é possível definir um valor central comum que permita um tratamento unificado da diversidade dos seus valores? Procuraremos argumentar em favor da segunda hipótese, teórica e metodologicamente mais interessante. Para tal aduziremos duas propostas básicas: (1) o abandono da forma como tradicionalmente o IMPF é caracterizado como um tempo anafórico (e da oposição *deixis/anáfora* temporal aplicada ao verbo — cf. 4.1); (2) uma redefinição da relação do IMPF com o ponto R de forma a permitir quer interpretações temporais (incluindo o IMPn) quer não temporais (valores modais e pragmáticos — cf. 4.2).

4.1. Não podemos esquecer que a oposição dítico / anafórico foi importada do domínio de referência nominal. Veters ⁵³ chama a atenção para o facto de que foi no início dos anos 70 que se começou a estabele-

⁵² Estas duas abordagens não devem ser, aliás, consideradas incompatíveis. Cf. a este respeito Oliveira (*Op. cit.*, p. 181), que chega a concluir que “parece ser necessário associar ambos [intervalos de tempo e eventos] que, provavelmente, são complementares e até talvez primitivos.” Kamp & Reyle (*op. cit.*) incluem no modelo da TRD noções topológicas de intervalos, como as de fronteira e vizinhança.

⁵³ Cf. VETERS — *Op. cit.* p. 91.

cer um paralelo entre os mecanismos de referência dos tempos verbais e dos pronomes pessoais, graças sobretudo aos trabalhos de McCawley e Partee. É precisamente o facto de esta categorização ter origem no domínio da referência nominal, levantando problemas importantes quando se pretende aplicá-la isomorficamente ao domínio verbal, que leva linguistas como Kleiber⁵⁴ a colocar reticências sobre a sua utilidade e bom fundamento teórico, constatando a relativa confusão que reina em muitas descrições de tempos verbais, que classificam certos tempos como “díticos mas com usos anafóricos”, outros como “eminente anafóricos”, ou que estabelecem mesmo que todos os tempos díticos podem ser usados anaforicamente.

A oposição dítico/anafórico foi reinterpretada no quadro da TRD em termos de pontos de referência e da distinção evento/estado, proporcionando uma análise mais fina e sobretudo mais adequada à realidade discursiva da temporalidade. Mas, no essencial, mantém, como vimos, esta oposição binária. Ora, face às dificuldades em definir com rigor tempos díticos e anafóricos (pelo menos com o mesmo rigor com que distinguimos um SN dítico de um anafórico) valerá a pena manter esta oposição? Queremos considerar dois aspectos desta questão; ambas nos conduzirão ao abandono da oposição deixis/anáfora no domínio dos tempos gramaticais.

4.2. É certo que uma explicação parcial para a plurivocidade de classificações dos tempos verbais, de que demos alguns exemplos, pode residir na não distinção entre *sentido* e *uso* anafórico ou dítico dos tempos. Não podemos no entanto iludir o que é verdadeiramente a questão de fundo⁵⁵: será que o tempo gramatical tem em si mesmo a capacidade de referir — no sentido habitual em que se entende por referência a designação de uma entidade extralinguística, sendo essa entidade, no caso da referência temporal, um intervalo de tempo — ou apenas localiza uma situação (evento ou estado) relativamente a outras situações?

Parece-nos mais fundamentada a segunda hipótese, por uma razão a nosso ver determinante: os tempos gramaticais não têm a faculdade de introduzir no discurso novos referentes (isto é, de designar intervalos de

⁵⁴ Cf. KLEIBER — *Op. cit.*

⁵⁵ *Ibidem.*

tempo), requerendo sempre um ponto de referência dado linguística ou contextualmente. Como observa Comrie ⁵⁶:

[...] strictly speaking, absolute time reference is impossible, since the only way of locating a situation in time is relative to some other already established time point; the present moment is in principle just one of an infinite number of such time points that could be chosen as reference point, although it does play a major role in the definition of tense systems across the languages of the world.

Esses novos referentes ou são introduzidos de forma não-linguística (conforme nossa exposição sobre o conceito memorial/cognitivo de anáfora) ou, linguisticamente, por adverbiais de tempo (“ontem”, “no dia 23 de Junho de 1996”, “quando entrou”). São estes, fundamentalmente, os responsáveis pela referência temporal, incluindo a ‘*deixis*’; aliás, os adverbiais de tempo, como regra geral, subordinam toda a referência temporal do discurso.

H. P. Helland ⁵⁷ argumenta em favor da não dicitividade dos tempos gramaticais, considerando designadamente que o ponto inicial do cálculo temporal pode coincidir ou não com o tempo da enunciação, uma vez que nem sempre o momento da codificação coincide com o da descodificação, o que o leva a substituir a noção reichenbachiana de tempo de enunciação (S) pela de “ponto de cálculo” (P). Propostas deste tipo seriam confirmadas por análises como a de Lo Cascio ⁵⁸, que sugere o princípio segundo o qual todos os tempos díticos podem ser usados anaforicamente, o que equivale a considerar como mais generalizada nos tempos gramaticais do verbo a dimensão anafórica (e não a dítica).

Atribuir aos tempos gramaticais do verbo faculdades de referência temporal resulta de uma inadequada perspectiva da composicionalidade da

⁵⁶ COMRIE, B. — *Tense*, Cambridge University Press, 1985, p. 36. Já W. Bull (BULL, W. — *Time, Tense and the Verb*, Berkeley, 1960, p. 62) observou que a ideia, transmitida durante séculos pela gramática, segundo a qual os tempos indicam o “quando” de um processo é falsa, considerando que nenhuma forma verbal localiza uma situação no tempo. Comentando, H. Weinrich (WEINRICH, H. — *Tempus. Besprochene und erzählte Welt*, Stuttgart, Kohlhammer, 1964; trad. esp. *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*, Madrid, Gredos, 1974, p. 58) assinala que “[...] los tiempos señalan no el Tiempo de la acción, sino el orden y el aspecto de la misma en el Tiempo.”

⁵⁷ HELLAND, H. P. — *A Compositional Analysis of the French Tense System*, in THIEROFF, R. (ed.) — *Tense Systems in European Languages II*, Tübingen, Niemeyer, 1995, pp. 69-94.

⁵⁸ *Op. cit.*

significação temporal, atribuindo exclusivamente ao verbo aquilo que de facto é função de interacção do verbo com outras expressões linguísticas, designadamente com as expressões adverbiais. Isto é, não se pode confundir e muito menos reduzir o tempo linguístico (“time”) ao tempos do verbo (“tense”). Por contraste com outros operadores temporais como os adverbiais de tempo, onde encontramos facilmente exemplos de dísticos (“hoje”, “no próximo Sábado”, “há dois dias”) por oposição a anafóricos (“no dia anterior”, “três anos depois”), não parece produtivo procurar classificar os tempos do verbo desta forma, uma vez que só contextualmente os tempos gramaticais são dísticos e possuem caracteristicamente um tipo anafórico de referência (mais precisamente, endofórico).

4.3. Constatando a inoperacionalidade desta oposição, Vettters⁵⁹ avança duas sugestões. Em primeiro lugar, que se abandone a tentativa de classificar os tempos verbais, procurando antes determinar os tipos de pontos e intervalos de tempo com valor operatório para a construção da referência temporal a nível de macro-estruturas como a frase e o próprio texto. Em segundo lugar, que se substitua uma categorização dicotómica desses planos de referência (deixis/anáfora, tempo absoluto/relativo), considerando que estes podem integrar não duas mas três, e, provavelmente, quatro dimensões.

Para distinguir estas dimensões em várias línguas com tipologias temporais diversas, Comrie⁶⁰ propõe que se considerem as relações temporais estabelecidas no discurso indirecto entre três referências: o tempo da enunciação (t_0), o tempo da principal ($e1$) e o tempo da subordinada ($e2$). Vettters acrescenta uma quarta dimensão, distinguindo as seguintes categorias de *temporalidade*: absoluta, que se verifica quando o tempo da subordinada é calculado directamente a partir de t_0 (e não do tempo da principal); relativa, quando esse cálculo é feito a partir de $e1$ e não de t_0 ($e1$ & $e2$); absoluta-relativa, quando há simultaneidade de referência temporal a t_0 e a outro evento do texto; e complexa ($e1$ & $t_0/e1$ & $e2/e2$ & $e3$), introduzida por Vettters para dar conta de determinados valores do Mais-que-Perfeito como em (29):

- (29) O Rui disse ($e1$) que o rapaz tinha comido ($e3$) os bombons antes de se sentar à mesa ($e2$).

⁵⁹ VETTERS — *Op. cit.*, p. 96s.

⁶⁰ *Op. cit.*

O IMPF assume valores absolutos-relativos em frases em que se estabelece uma relação de simultaneidade no passado:

(30) O Rui confessou que *estava* cansado.

No entanto, pode ter valor relativo, uma vez que pode estabelecer uma relação de anterioridade relativamente a um antecedente:

(31) O Rui disse que na semana passada *estava* em Lisboa.

Não é nosso objectivo desenvolver aqui uma análise dos tempos verbais segundo este modelo, sendo no entanto óbvio que não estamos já a classificar tempos decontextualizados mas configurações temporais complexas, o que abre novas interessantes perspectivas ao estudo da referência temporal.

4.4. A segunda tese que queremos mencionar, explicitada por Tasmowski-De Ryck ⁶¹ e retomada por Veters ⁶², tem a ver com a natureza da relação que o IMPF estabelece com o ponto de referência R seu antecedente. Considera-se característico do funcionamento do IMPF que ele evoque um ponto R; no entanto, este ponto pode não estar explicitado, bastando que seja *acessível* no discurso (designaremos este princípio como o *princípio da acessibilidade de R*). Este princípio é definido por Tasmowski-De Ryck nos seguintes termos: se R não for explicitado, deve ser possível reconstituí-lo com base em conhecimentos comuns ou através de cadeias de associações regulares ou dedutíveis do contexto.

Consideremos dois exemplos:

(32) (*Contexto: ouve-se um barulho no sótão. O marido vai inspecionar e ao voltar diz:*) Era o vento.

(33) Napoleão era um intelectual de esquerda ⁶³.

No primeiro enunciado, R pode ser reconstruído a partir de um elemento do contexto não-verbal, o barulho no sótão que loquente e alocutá-

⁶¹ *Op. cit.*

⁶² *Op. cit.*

⁶³ Exemplo de Ducrot, cit. por Veters (*Op. cit.*).

rio(s) ouviram. No segundo exemplo, o IMPF explica-se porque a vida de Napoleão é acessível como período de referência. O mesmo princípio aplica-se ao IMPn:

(34) O Rui foi à Faculdade, mas 1 hora depois *regressava* a casa.

É óbvio que neste caso R é dado pelo adverbial “1 hora depois”.

É esta condição de acessibilidade de R que, segundo Vettors ⁶⁴, “saisit ce qui est commun à tous les emplois de l’IMP.” Iremos verificar na próxima secção que este princípio permite também dar conta das funções textuais e dos valores modais do IMPF.

5.1. A problemática da referência dos tempos gramaticais do verbo é inseparável de outras questões linguísticas. Mencionámos já a questão aspectual, isto é, a escolha que o loquente faz entre duas formas básicas de apresentar uma situação, quer como um evento ou como um estado (“Aktionsart”), quer como tendo sido realizada (perfectiva) ou estando em curso (imperfectiva). Um outro factor a considerar é a estratégia textual que governa a escolha dos tempos no discurso e, particularmente, a escolha de um registro temporal para a elaboração da estrutura do texto. Este é um aspecto que é particularmente importante para o estudo das funções discursivas do IMPF.

Que os tempos verbais dependem em larga medida de estratégias retóricas de estruturação discursiva parece claro. Por exemplo, uma série de eventos pode ser apresentada de forma ordenada ou como uma simples lista (cf. 35), em que a ordem de apresentação dos eventos é arbitrária. Por sua vez, a ordenação pode ser feita hipotacticamente ou paratacticamente; neste último caso, a ordenação dos eventos pode ser arbitrária ou feita segundo uma escala de valores não-temporal (ordem decrescente de eventos funestos, por exemplo, cf. 35) em que a temporalidade é omitida.

(35) Este ano foi terrível. Morreu-me um amigo íntimo, tive de mudar de casa, não consegui ter férias e andei doente para aí uns dois meses.

(36) Este ano foi terrível. Não consegui ter férias, morreu-me um amigo íntimo, tive de mudar de casa e andei doente para aí uns dois meses.

⁶⁴ *Op. cit.*, p. 22.

O que não sucede com a frase seguinte, onde a ordenação temporal tem uma função.

- (37) O Rui acordou cedo. Sentia-se cansado. Vestiu-se e foi para o emprego.
- (38) O Rui acordou cedo. Sentia-se cansado. * Foi para o emprego e vestiu-se.

5.2. A um nível mais geral, tem sido reconhecida a existência de dois planos de estruturação temporal de um texto. A distinção de dois grupos ou sistemas de tempos foi inicialmente estabelecida por Benveniste⁶⁵, ao opor *histoire* e *discours*, e particularmente desenvolvida por H. Weinrich⁶⁶ que distinguiu os planos do *mundo comentado* e do *mundo narrado* — oposições que têm sido retomadas de muitas formas, nem sempre coincidentes⁶⁷. O IMPF é, segundo Weinrich, um tempo do mundo narrado, com uma especificidade não-temporal, denotando sobretudo um modo de enunciação que faz com que os factos apresentados constituam um *background* contra o qual os factos narrados se definem.

Uma formulação mais recente desta conceituação é proposta por J.-P. Desclés⁶⁸, que observa que “la temporalité qui est appréhendée par les langues met en fait en jeu différents référentiels temporels”, de que os mais importantes são o referencial ou registro enunciativo e o narrativo (ou não actualizado). No primeiro referencial o enunciador localiza um evento relativamente à sua própria enunciação. No segundo, “il l’insère dans une narration où les événements doivent être repérés les uns par rapport aux autres et non par rapport à leur énonciation”. Os tempos gramaticais aparecem assim subordinados não apenas a princípios temporais como também a *estratégias discursivas* específicas.

⁶⁵ BENVENISTE, É. — *Problèmes de linguistique générale*, Gallimard, Paris, 1966. O texto original onde esta distinção surge data de 1959 (*Les relations de temps dans le verbe français*, in «Bulletin de la Société de Linguistique de Paris», 54, 1959, pp. 69-82).

⁶⁶ WEINRICH, H. — *Op. cit.* Para uma perspectiva recente (e muito crítica) das propostas de Weinrich, cf. D. O’Kelly — *Temporalité et textualité. Le cas Weinrich*, in “Modèles Linguistiques”, vol. 32, 1995, XVI, 2, pp. 145-165.

⁶⁷ Cf. FONSECA, F. I. — *Op. cit.*

⁶⁸ DESCLÉS, J.-P. — *Les référentiels temporels pour le temps linguistique*, «Modèles Linguistiques», vol. 32, 1995, XVI, 2, pp. 9-36.

Neste enquadramento teórico, o IMPF é caracterizado como tendo por função exprimir descrições estáticas (quadros de referência) e processos inacabados. Poderíamos aqui ver um paralelo com as propostas de Kamp para o “imparfait”, o que nos levaria a repetir as objecções que, por exemplo, o IMPF narrativo coloca a esta formulação. No entanto, Desclés trata os valores aparentemente dísticos do IMPF considerando que eles adquirem valores de “novo estado”, o que não altera a função característica do IMPF. A capacidade de criar quadros de referência explica a admissibilidade de IMPF em posição de *incipit* textual, doutra forma inexplicáveis por ausência de ponto de referência.

Desclés vai mais longe do que outras teorias sobre o IMPF ao propor uma hipótese unificada para os valores temporais, textuais e modais do IMPF, da qual destacamos os seguintes princípios: (1) o IMPF caracteriza sempre o enunciado de forma estativa; (2) o intervalo denotado pelo IMPF é sempre aberto à direita, o que permite a transição para valores de estado descritivo, de novo estado ou habituais; (3) o IMPF, sendo estativo por natureza, pode no entanto criar novos estados no universo de discurso (caso dos usos narrativos do IMPF); (4) o IMPF pode criar um referencial de possíveis, abrindo assim transições para valores ditos irrealis ou hipotéticos.

Vemos aqui, sob outra forma, o mesmo princípio da acessibilidade de R de Tasmowski/Vetters, alargando-o no entanto não só ao mundo actual mas a mundos possíveis, o que permite tratar no mesmo modelo valores temporais-aspectuais, textuais e modais. Sobre estes últimos apresentaremos a seguir algumas reflexões.

6.1. O IMPF românico é reconhecidamente um tempo em que a dimensão temporal-aspectual pode ser esvaziada ou adquirir um carácter meramente residual, dando lugar a valores modais e pragmáticos. F. I. Fonseca⁶⁹ e F. Oliveira⁷⁰ têm-se referido e descrito alguns destes valores para o português em trabalhos recentes, reflexões que iremos retomar no decorrer desta secção. Também noutras línguas românicas abundam referências aos usos do IMPF em contextos não-temporais. É particularmente abundante a literatura para o francês⁷¹, com análises particularmente deta-

⁶⁹ *Op. cit.*

⁷⁰ *Op. cit.*

⁷¹ Para uma perspectiva bibliográfica dos estudos gramaticais do IMPF, cf. WILMET, M. — *Études de Morpho-syntaxe verbale*, Klincksieck, Paris, 1976.

lhadas sobre o “imparfait hypocoristique” e o “imparfait de rupture”. No caso do castelhano ⁷², é frequente encontrar nos estudos sobre o IMPF categorizações como “imperfecto de cortesía”, “desiderativo”, “de excusa”, “de sorpresa”, “de hecho virtual”, “de conato”, “lúdico”, “de figuración”, “desrealizador”; que não diferem no essencial das propostas para o italiano ⁷³: ‘onirico’, ‘di conato’, ‘ipotetico’, ‘potenziale’, ‘ludico’, ‘di cortesía’, ‘epistemico-doxastico’, ‘di planificación’. A maior parte destes valores encontra-se no português, o que constitui uma evidência de que estes valores não são idiosincrasias explicáveis por motivações fortuitas mas constituem um quadro regular de desenvolvimento da significação do IMPF nas línguas românicas em geral.

6.2. Assim, podemos em português encontrar um imperfeito onírico:

(39) Passei a noite a sonhar. *Viajava* num barco e *era* o capitão.

ou fabulativo, como:

(40) A: Gostava de espreitar aquela moradia.

B: É, e depois *vinha* o cão e eu *queria* ver.

Estes usos têm em comum uma referência a mundos possíveis ou imaginários, mantendo no entanto uma dimensão temporal, embora mitigada. Outros usos há em que a dimensão temporal está totalmente ausente. É o caso do IMPF lúdico ⁷⁴, para o qual Fonseca ⁷⁵ dá como exemplos:

(41) Eu *era* o polícia e tu *eras* o ladrão.

(42) “Agora eu *era* o herói/E o meu cavalo só *falava* inglês [...]”

⁷² REYES, Graciela — *Tiempo, Modo, Aspecto e Intertextualidad*, «Revista Española de Linguística», 1990, p. 29.

⁷³ BAZZANELLA, C. — ‘Modal’ uses of *indicativo imperfetto*, in «Journal of Pragmatics», 14, 1990, p. 440.

⁷⁴ Ou *pré-lúdico, estipulativo* ou *ascritivo*, uma vez que tem por função definir as “regras do jogo”, ou ainda também chamado *fabulativo* ou *fantástico*.

⁷⁵ *Op. cit.*, p. 199.

sublinhando que se verifica aqui não uma dimensão temporal mas uma “ramificação (transposição) do próprio marco de referência...”⁷⁶. A autora considera inerente ao IMPF (de facto a todos os operadores dísticos) a capacidade de “pressupor marcos de referência hipotéticos porque não coincidentes com a instância enunciativa”⁷⁷. Essa capacidade de criar mundos possíveis marca igualmente o IMPF em diversos tipos de construções condicionais:

- (43) Agora fumava um cigarrito⁷⁸...
- (44) Se eu estivesse livre, ia passar o fim-de-semana a casa.
- (45) Se me tivessem dado o fim-de-semana, ia a casa passar o fim-de-semana.

Podemos considerar a existência em (43) de uma “condicional oculta”⁷⁹ — o que, aliás, nos parece explicar um conjunto vasto de usos modais do IMPF — uma condicional de sentido hipotético (cf. 44) e contrafactual (45). Estes valores não se podem confundir com frases como (46), onde o “*se* + IMPF” introduz uma quantificação (universal) sobre intervalos (equivalente a ‘sempre que’), o que produz uma frase habitual.

- (46) O Rui detestava o quartel. *Se estava* livre, vinha a casa passar o fim-de-semana.

O IMPF é pois particularmente apto a passar do *realis* para o *irrealis*, sendo este último de natureza fictiva, possível ou simplesmente desejável. Os valores temporais tornam-se secundários, podendo ter usos não-canónicos, como na frase

- (47) *Bebia* agora uma cerveja,

onde é evidente que o IMPF está não só esvaziado do seu valor pretérito habitual ($s < n$) como tem um valor dístico presente ou futuro próximo, uma vez que “*bebia*” não se refere a um ponto de referência temporal R

⁷⁶ *Ibidem*.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 198.

⁷⁸ Cf. OLIVEIRA, F. — *Algumas considerações acerca do P. Imperfeito*, in «Actas da Associação Portuguesa de Linguística», Lisboa, 1986, p. 89.

⁷⁹ *Ibidem*.

anterior a T_0 mas coincidente ou na vizinhança de T_0 . No chamado “imperfeito de planificação” há mesmo um valor de futuro particularmente visível, mais precisamente, um futuro planeado no pretérito.

(48) A: Queres vir comigo à praia?

B: *Ia* ao cinema com uns amigos.

Este valor do IMPF é definido por Reyes como denotando “[...] acciones programadas que no han tenido lugar todavía en el momento de hablar”⁸⁰. Próximo deste valor temos o IMPF doxástico-epistémico e o IMPF de iminência. No caso do primeiro, não há propriamente uma referência a um evento situado temporalmente no passado, mas uma referência a um conjunto de crenças e conhecimentos que se dão por adquiridos (e portanto anteriores à enunciação):

(49) Quando é que o Rui *chegava*?

O “imperfeito de iminência” ocorre quando o IMPF se refere a uma acção programada antes da enunciação e prestes a desenrolar-se mas que é anulada:

(50) (*Para o amigo atrasado:*) Já me *ia* embora.

Estes usos jogam geralmente com *expectativas* no discurso, sendo o IMPF marca da sua *contradição*, quer por anulação (51), suspensão (56), interrupção (52, 53) ou realização precoce (54, 55 — o aspecto do “realizado” é operado pelo advérbio).

(51) O Rui *ia* (ontem + hoje + amanhã) para Macau.

(52) Em que pensas? — *Pensava* na história que me contaste (quando fui interrompido)

(53) Que fazes? — *Escrevia* uma carta à Joana.

(54) Com 6 anos já Mozart *tocava* para a corte do Imperador.

(55) Tive 5 aulas de condução. Ao cabo de duas lições, já o instrutor me queria levar a exame.

(56) Onde vais? — *Ia* ao cinema.

⁸⁰ Cf. REYES — *Op. cit.*, p. 17.

Note-se que o valor pragmático do IMPF desta última frase é complexo, sendo a sua interpretação mais plausível a suspensão da transição de um mundo hipotético W_i (acção planeada) para um mundo real W_j correlativo (acção realizada) e a disponibilidade para (outras ramificações temporais de) outro mundo possível Z_i . De um ponto de vista temporal-aspectual podemos conceber uma estrutura de um evento em fases; nestes casos, o IMPF focaliza uma fase preparatória do evento, ainda numa zona de não-factividade, que se encontra igualmente em certas perífrases verbais (“estar para + Vinf”).

Frequentemente essa passagem do *realis* para o *irrealis* é marcada pela contrastividade. F. Oliveira⁸¹, após passar em revista alguns tratamentos dos valores temporais-aspectuais do IMPF, descreve alguns contextos em que este adquire determinados valores modais, o que confirma a tese da autora segundo a qual “o modo pode estar intimamente ligado ao tempo.”

O primeiro destes valores sublinhado pela autora logo no início é o “valor de contraste despoletado pelo Imperfeito”⁸², em frases como:

- (57) Que estás a fazer?
 a — Estava à espera do jornal
 b — Estou à espera do jornal

Em (a) há uma interrupção da atitude de espera, o que não se verifica com o uso do PR em (b)⁸³. O contraste pode ser estabelecido entre o IMPF e o Pretérito Simples (PS) bem como entre o IMPF e o Presente do Indicativo (PR). Em qualquer dos casos o IMPF é responsável pela criação de “um mundo diferente daquele que é tido como real/actual”⁸⁴, adicionando um valor modal ao valor temporal-aspectual nuclear. Há no entanto certos usos do IMPF, com valores modais-pragmáticos, em que se verifica ausência da dimensão temporal, caso dos seguintes enunciados:

- (58) Sendo assim, fazia o almoço num instante e depois saíamos.
 (59) Nesta esplanada até tomava uma bebida fresca.

⁸¹ *Op. cit.*

⁸² *Ibidem*, p. 82.

⁸³ Diríamos que, ao contrário do PR, o IMPF introduz no discurso uma implicatura conversacional que pode ser cancelada (“estava mas já não estou”) ou não (“estava e continuo a estar”).

⁸⁴ *Ibidem*, p. 85.

Noutro trabalho, F. Oliveira⁸⁵ observa exemplos como

(60) Querias!...

ou

(61) Fazia-te em Évora,

onde o IMPF assinala que “se nega a possibilidade de realização de um desejo ou expectativa e se contrastam dois mundos.” Este valor contrastivo surge com bastante nitidez nos enunciados seguintes:

(62) O miúdo toda a tarde não teve febre e está bem disposto. Mas eu *ia* ao médico com ele.

(63) Estas coisas podem parecer inofensivas mas são perigosas. Cá eu *chamava* a polícia e *resolvia* o assunto.

Há aqui uma espécie de *polifonia* (Ducrot⁸⁶), uma argumentação estabelecida pelo loquente com um alocutário imaginário onde se encontra projectado o que o loquente supõe ser o pensamento do alocutário. O IMPF tem por função estabelecer ao mesmo tempo distanciamento da suposta opinião do enunciatário e atenuar o valor ilocutório (directivo) do enunciado. Esta mesma polifonia discursiva pode ser encontrada no exemplo seguinte:

(64) O médico (visivelmente cansado): Que doentes ainda há para atender?

A enfermeira: *Havia* o sr. X, a D. Y e o menino Z.

A opção pelo IMPF em vez do PR dá ao enunciado um efeito “des-realizador” ou de “passado corrigido”⁸⁷, permitido pela indeterminação característica do valor aspectual imperfectivo, que designa uma acção em

⁸⁵ OLIVEIRA, F. — *Algumas considerações acerca do P. Imperfeito*, in «Actas da Associação Portuguesa de Linguística», Lisboa, 1986, pp. 78-96.

⁸⁶ Cf. ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, Oswald — *L'argumentation dans la langue*, Bruxelles, P. Mardaga, 1983.

⁸⁷ Cf. REYES — *Op. cit.*, p. 41.

curso e inacabada. O PR, neste enunciado, estabeleceria o realizado, o factual, por oposição ao não realizado e hipotético do IMPF⁸⁸.

O valor contrastivo do IMPF pode ainda ser observado no seguinte exemplo:

(65) O Algarve *era* tão bonito!

O que o enunciador pretende veicular não é algo referido ao pretérito — “o Algarve ser bonito no passado” — mas, por contraste, uma referência presente, a saber, que o Algarve de hoje não tem a beleza que tinha no passado, estabelecendo assim uma oposição entre um *antigamente* e um *hoje*. Este valor de significação é veiculado por implicatura conversacional e é um dos valores pragmáticos mais frequentes do IMPF.

Um dos usos não temporais mais comentados na literatura sobre o IMPF é o chamado “imperfeito de cortesia”, também designado por Weinrich de IMPF de modéstia, discrição ou timidez. O valor do IMPF é neste caso *atenuativo*, ao criar uma distância que não é temporal mas transposta para o espaço da inter-subjectividade. Alguns exemplos:

(66) Desejava...?

Queria um daqueles, por favor.

A comutação com o condicional é particularmente frequente nestes contextos. Aliás, em muitos usos do IMPF podemos encontrar uma condicional oculta. Na frase

(67) *Dava-lhe* um conselho: volte a ler este texto

o IMPF tem um valor que se aproxima do chamado “imperfeito de cortesia”, mas onde aparece como implícita uma condicional (“se eu fosse a si...”/“se quer saber a minha opinião...”).

7. Gostaríamos de concluir estas reflexões sobre a diversidade de valores do IMPF em português considerando uma hipótese de os descrever de forma unificada.

⁸⁸ Note-se que nos usos modais o contraste estabelece-se tanto entre o IMPF e o PR como entre o IMPF e o PS.

7.1. A nossa proposta integra-se num modelo linguístico *funcional* (nos termos em que, como exemplos paradigmáticos, Halliday & Hasan⁸⁹ e Halliday⁹⁰ o apresentam), onde se considera a existência de três metafunções linguísticas: a ideacional (referencial ou proposicional), que reflecte como compreendemos o mundo e que se manifesta no conteúdo proposicional dos enunciados (incluindo os significados referenciais e as funções gramaticais); a interpessoal (nos textos menos recentes também chamada *expressiva*), que tem a ver com os modos como agimos sobre os outros através da linguagem (inclui as funções social, afectiva, conativa da linguagem); e a textual, relativa à organização do discurso de forma co-/contextualmente coerente, seguindo estratégias que permitem atribuir maior ou menor relevo à informação e que atribuem relações de igualdade ou dependência às relações textuais. As funções interpessoal e textual são marcadamente pragmáticas, denotadoras de *estratégias* subjectivas, uma de valor social (intersubjectivo), outra de valor discursivo. Um princípio fundamental da abordagem funcional consiste em considerar, nas palavras de Halliday⁹¹, que “[...] each element in a language is explained by reference to its function in the total linguistic system”.

Considerando o IMPF neste enquadramento teórico, podemos distinguir três planos no seu significado: um valor temporal-aspectual, no plano referencial; um valor modal e pragmático, no plano interpessoal; e um valor de operador discursivo, no plano textual. A nossa hipótese é que o valor primitivo do IMPF é temporal-aspectual, constituindo os outros dois extensões desse valor que consideraremos *extensões metafóricas* do valor primitivo. O conceito de “metáfora gramatical” tem sido usado em vários contextos, e é definido por Halliday nos seguintes termos⁹²:

The concept of grammatical metaphor, itself perhaps a metaphorical extension of the term from its rhetorical sense as a figure of speech, enables us to bring together a number of features of discourse which at first sight look rather different from each other.

⁸⁹ HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, Ruqaiya — *Cohesion in English*, Londres, Longman, 1976.

⁹⁰ Cf. sobretudo HALLIDAY, M. A. K. — *An Introduction to Functional Grammar*, E. Arnold, 1985.

⁹¹ *Ibidem*, p. xiii.

⁹² *Ibidem*, p. 345 (n/ itálico). O conceito de metáforas temporais encontra-se por exemplo em Fleischmann (FLEISCHMAN, S. — *Temporal Distance: a Basic Linguistic Metaphor*, in «Studies in Language», 13-1, 1989, pp. 1-50), REYES — *Op. cit.* e BAZANELLA — *Op. cit.*

But when we recognize the different kinds of meaning that come together in the lexicogrammar [...], we can see that *what look like two different sets of phenomena are really instances of the same phenomenon arising in these two different contexts.*

A contiguidade semântica dos valores temporais do IMPF e de outros valores (modais e pragmáticos) foi observada ao longo deste trabalho. De facto, iremos sugerir que eles constituem instâncias do mesmo fenómeno em diferentes contextos e com diferentes funções. Consideraremos que os valores primitivos são os temporais, que, como argumentámos atrás (cf. secção 4), podem ser definidos da seguinte forma:

(I) Temporalmente, a função do IMPF consiste em estabelecer uma associação com um ponto R que tem de ser identificado (reconstruído) a partir do contexto situacional ou linguístico — definição, como vimos, mais adequada do que a conceituação tradicional do IMPF como um tempo anafórico (correferencial);

(II) Aspectualmente, o IMPF denota um intervalo aberto — valor de imperfectivo — cujas fronteiras, designadamente a direita, são caracterizadas como indefinidas.

Tentaremos a seguir demonstrar que os valores modais e usos pragmáticos do IMPF constituem extensões, em vários planos linguísticos, dos seus valores aspectuais-temporais.

De modo mais rigoroso, podemos classificar os valores do IMPF até aqui mencionados em temporais e não-temporais, entendendo por estes últimos aqueles usos em que o valor temporal-aspectual do IMPF se esvaízia parcial (o que permite considerar casos em que o IMPF tem funções simultaneamente temporais e modais) ou totalmente. De entre os usos não-temporais distinguiremos: os valores textuais, aqueles em que a função predominante do IMPF é a *textual*, isto é, a estruturação do discurso e a atribuição de *relevo* a determinadas informações em detrimento de outras; e os valores modais e pragmáticos, que designaremos genericamente de *escalares*.

7.2. A opção pela designação de valores *escalares* justifica-se pela distinção que deve ser feita entre polaridade e modalidade: a primeira é de natureza complementar, dicotómica, uma oposição que se estabelece entre

um valor positivo e negativo; a segunda estabelece graus intermédios numa escala. Os valores escalares podem ser referidos a proposições (informações, isto é, afirmações e perguntas) e a propostas (ofertas e ordens), reservando-se a designação de *modalidade* para os primeiros e de *modulação* para os segundos⁹³.

7.2.1. Um dos valores mais frequentes do IMPF é a expressão da *habitualidade*. Há aqui um valor aspectual e um modal que são indissociáveis. O valor de habitualidade encontra-se associado ao valor aspectual da imperfectividade⁹⁴, e consiste em considerar um evento como repetido — é pois um processo de quantificação de intervalos — ou como característico de um intervalo de tempo. Ducrot⁹⁵ chamou particularmente a atenção para a função *caracterizadora* do IMPF, pela capacidade que tem de qualificar um *tema* geralmente relativo a um período de tempo. Num enunciado como

(68) Em 1974, eclodia a revolução de Abril

o IMPF caracteriza o ano de 1974, colocado em posição temática na frase, de forma a que a revolução se transforma numa propriedade característica deste ano. Provavelmente deve-se ao facto de um evento poder ser repetido de forma indeterminada, tornando-se por isso típico ou característico, a possibilidade de transitar de um valor puramente aspectual para uma função modalizadora, em que se atribui uma propriedade ao indivíduo a que o evento é referido; isto é, um evento é transformado em propriedade.

7.2.2. Na dimensão modal da probabilidade, o IMPF exprime o valor hipotético, com uma frequência e variedade de contextos que nos permitem considerá-lo um verdadeiro *modal secundário*. O seu valor hipotético parece-nos funcionalmente associável ao valor temporal do IMPF que exige uma referência a (identificação ou reconstrução de) um ponto R. No caso do IMPF hipotético, esse R assume a forma de uma condição, sendo a expressão dessa condição geralmente não explícita (condicional oculta).

⁹³ *Ibidem*, p. 85s.

⁹⁴ COMRIE, B. — *Aspect*, Cambridge U. Press, 1976.

⁹⁵ DUCROT, O. — *L'imparfait en français*, in «Linguistische Berichte», 60, pp. 1-23.

Enquadram-se nesta categoria, obviamente, os valores condicionais hipotéticos e contrafactuais (cf. secção 6.2), mas também outros como o IMPF onírico e fictivo. Veja-se o seguinte exemplo:

(40) É, e depois *vinha* o cão e eu *queria* ver.

Seguindo princípio de acessibilidade de R, este pode ser reconstruído através de uma condicional:

(40a) É, e (se fosses espreitar a moradia) depois *vinha* o cão e eu *queria* ver.

Isto é, o princípio da acessibilidade de R exige que se busque no contexto linguístico ou situacional uma âncora referencial; podemos conceber que R seja localizado no mundo actual (W_0) ou num mundo possível (W_i). Este princípio permite-nos caracterizar todos os valores fictivos do IMPF (IMPF onírico, fantástico, etc.), que consideraremos aqui sob a designação de IMPF *fabulativo*, uma vez que em todos eles, nas palavras de F. I. Fonseca, se verifica uma “[...] ramificação (transposição) do próprio marco de referência [...]”, o que permite, através do IMPF, “[...] pressupor marcos de referência hipotéticos porque não coincidentes com a instância enunciativa [...]”⁹⁶.

7.2.3. Quanto aos valores de modulação discursiva, o IMPF assume dois valores básicos: o *hipocorístico* e o de *expectativa*.

O valor hipocorístico⁹⁷ do IMPF reside na sua função de atenuação da obrigação que recai sobre o alocutário em pedidos e ordens. Enquadra-se aqui o IMPF de cortesia, que deve ser considerado como uma das fórmulas de cortesia mais frequentes na expressão de pedidos em português. Podemos encontrar neste caso uma extensão do valor de acessibilidade de R, se considerarmos que em muitos pedidos, por exemplo, existe uma condicional oculta do tipo “se faz favor”, “se não for maçada”, “se

⁹⁶ FONSECA, F. I. — *Op. cit.*, p. 198.

⁹⁷ Do grego ὑποκοριστικός, que Wilmet (*Op. cit.*, p.83) traduz por “caessant” e “atténuatif”. O sentido que atribuímos aqui a este lexema é mais vasto que o habitual na linguística francesa, que restringe esta designação a certos usos idiossincrásicos da língua francesa.

for possível”, etc. Esta dependência de R transforma o pedido num acto linguístico menos assertivo e directo, sobretudo porque coloca R (condição de factividade) na dependência do alocutário e não do loquente.

7.2.4. O valor de imperfectividade do IMPF acarreta facilmente leituras modais. Como observa C. Bazanella,

Since the imperfective aspect does not allow the speaker either to define the event temporally or to define the conclusion, *indeterminacy* will result as the main feature [...], and therefore motivate the ‘modal’ uses of IPF.⁹⁸

Efectivamente, o facto de o intervalo denotado pelo IMPF ser aberto à direita permite modular o enunciado em vários sentidos. Assim, através do IMPF o loquente pode expressar o seu propósito de realizar uma inclinação subjectiva (expressão de desejo); ou pode-se referir a uma acção programada no pretérito; ou, através de implicaturas, subentender a não-realização de um evento (valores contrastivos). Enquadram-se aqui os valores atrás descritos como IMPF de planificação, de iminência, desderivativos, que têm em comum o facto de se referirem a *expectativas*.

7.3. Quanto aos valores textuais, o valor do IMPF deve ser considerado no que respeita à sua função coesiva no texto, que pode ser considerada a quatro níveis: a nível do tipo de relação de interdependência que estabelece com as outras frases do texto, a nível do tipo de referência textual que estabelece, e ainda a nível da estrutura temática e da estrutura informacional do texto.

Parece claro que o IMPF introduz no discurso uma relação estrutural de *hipotaxe*, uma vez que cria uma relação de subordinação/dependência que derivam do seu valor temporal de super-intervalo com valor inclusivo⁹⁹. Por isso adquire facilmente o valor de *background*, que deriva da sua natureza subordinante, por um lado, e do seu valor *temático*, por outro, que por sua vez deve ser associado a um valor informacional de informação dada (*‘given’*); valores que contrastam com os de *‘foreground’*, rema e informação nova (*‘new’*) atribuíveis ao PS.

⁹⁸ C. BAZANELLA — *Op. cit.*, p. 448.

⁹⁹ Cf. propostas de Kamp. e Reyle (*Op. cit.*).

Quanto ao seu valor referencial textual, o IMPF, dada a sua dependência de um ponto R, pode textualmente funcionar como *anafórico*, quando a posição de R é anterior, *catafórico*, quando R é posterior e *homofórico* quando R aparentemente não é dado mas é concebido como existente¹⁰⁰. Definir um valor homofórico para o IMPF parece-nos particularmente útil para caracterizar o seu funcionamento em posição de *incipit* textual.

7.4. À guisa de conclusão, resumimos no quadro seguinte o que nos parece ser uma classificação possível das funções do IMPF português, segundo os parâmetros que analisámos neste trabalho. De acordo com os dados que conhecemos de outras línguas como o francês, espanhol e italiano, podemos prever que esta análise seja em larga medida aplicável aos valores do IMPF em outras línguas românicas.

				FUNÇÕES DO IMPF
Temporais-aspectuais (valores primitivos)	tempo			• referência temporal a R (acessível co-/contextualmente)
	aspecto			• intervalo aberto
Não-temporais (extensões metafóricas)	escalares	modalidades	graus de habitualidade	• habitual/caracterizador
			graus de probabilidade	• hipotético-fabulativo • epistémico-doxástico
		modulações	graus de obrigação	• atenuação da obrigação (hipocorístico)
			graus de inclinação	• expressão de expectativas
	textuais	interdependência		• hipotaxe (inclusão)
		referência textual		• ana-/cata-/homofórica
estrutura temática		• tema		
estrutura informacional		• <i>given</i>		

Sérgio Matos

¹⁰⁰ No sentido em que o determinante “o” é considerado homofórico em “O sol hoje brilha”.